

CARLOS AGOSTINHO DE MACEDO COUTO: A ATUALIDADE DO PANÓPTICO DE FOUCAULT E SUA RELAÇÃO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Jornalista e professor, é especialista em Gestão da Comunicação (UFMA) e em Linguística Textual (UFRJ). Mestre em Políticas Públicas (UFMA), doutorando na mesma área, na qual estuda os meios de comunicação e o poder no Maranhão.

RESUMO: O artigo trata da atualidade do pensamento de Michel Foucault, e do conceito de panóptico, por meio de uma comparação com as formas de utilização dos meios de comunicação na contemporaneidade. Faz-se, também, uma comparação das idéias de Foucault com as perspectivas de algumas teorias tradicionais da comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Panóptico, Meios de Comunicação, Contemporaneidade, Teorias da Comunicação

ABSTRACT : The article deals with the present time of the thought of Michel Foucault, and of the concept of panóptico, by means of a comparison with the forms of use of the medias in the contemporaneity. One becomes, also, a comparison of the ideas of Foucault with the perspectives of some traditional theories of the communication.

PALAVRAS-CHAVE: Panóptico, Medias, Contemporaneity, Theories of the Communication

O debate sobre a questão do saber e do poder na obra de Michel Foucault não é recente. São diversos os autores e trabalhos que tratam do assunto, explorando a temática que aparece como central na obra do pensador francês⁵⁹. Várias interpretações sobre a obra do autor são também divulgadas⁶⁰.

⁵⁹ Filósofo e pensador estruturalista nascido em Poitiers e formado em psicologia e psicopatologia na École Normale Supérieure de Paris. Autor de várias obras publicadas no Brasil, como: FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade I, II e III** (A vontade do Saber, O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si) Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 1984 e 1985; FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992; FOUCAULT, M.

Longe de pretender ser uma releitura do complexo pensamento de Foucault, este trabalho propõe uma visão ou relação do pensamento foucaultiano com a existência/importância/influência dos meios de comunicação na contemporaneidade, no sentido de demonstrar nas referências explícitas de seu pensamento a existência – quase uma previsão – implícita da utilização contemporânea dos meios e estratégias de comunicação.

Essa relação poderá ser julgada de relevância considerando-se que será feita em comparação com acepções teóricas pré-existentes e de reconhecida importância.

Serão explicitados o pensamento do autor em obras relativas ao tema, assim como alguns aspectos das teorias da comunicação, e procedida uma relação entre eles.

Vigilância, disciplina e controle em Foucault

A proximidade da obra de Foucault com os objetos da comunicação pode ser avaliada a partir do livro *As Palavras e as Coisas*, lançado em 1966. Mas para este estudo, outras referências são mais relevantes.

Em *Microfísica do Poder* (1982), Foucault é categórico em afirmar o que não pretendia fazer: expor a questão do poder do ponto de vista das suas formas “regulamentares e legítimas” a partir do centro, mas, ao contrário, tentar percebê-las nas suas extremidades, enfatizando as instituições locais e regionais; compreender o poder “no plano da intenção ou da decisão”, desconsiderando a sua apropriação por valorizar as práticas correntes, do dia-a-dia; considerar o poder como uma institucionalização concreta, “homogênea” de um sobre outros, mas vê-lo como uma seqüência que circunda e circula entre os indivíduos; compreender o poder a partir da sua centralização, mas analisá-lo a partir da periferia. Finalmente, considerar que, na sua origem, na sua menor expressão, o poder seja carregado de ideologias, define o que não pretendia naquele trabalho.

Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982; FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 a 82).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997; FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.

⁶⁰ Notório trabalho é o efetuado por Gilles Deleuze (ver DELEUZE, G. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 1985) que compara Foucault a um “novo Marx”, devido à sua forma revolucionária de entender o poder, considerando-o um teórico da contracultura e responsável pela queda de conceitos tradicionais da esquerda como os de propriedade, atributo, subordinação, localização, modalidade e legalidade.

Resumidamente, Foucault não pretendia naquela obra compreender a questão do poder a partir de uma experiência de dominação, no caso a burguesa, mas, ao contrário, exercitar um exame dos mecanismos de controle a partir das suas aplicações “mais elementares”, como nos processos de reclusão e de repressão no âmbito da família, do bairro, buscando seus “agentes reais” nas ações corriqueiras.

Na sua obra, Foucault determina a ação do sujeito como fundamental no processo de exercício do poder. Mas considera que a expressão sujeito tem duplo significado, podendo exemplificar o indivíduo dotado de consciência e autodeterminação, como também aquele que está submetido a alguma coisa, sujeitado a alguma ação de outrem⁶¹.

Essa ação de poder determinada pelos sujeitos nas suas múltiplas relações é que interessaram aos dominantes, e não o contrário. A burguesia percebeu que a partir dos mecanismos de exercício de poder, ou de micro-poder, como a exclusão de loucos e a repressão sexual, poderia extrair ou maximizar lucros, mas não foi ela (a burguesia) que os criou. Os mecanismos de poder acabariam fazendo parte de um conjunto de interesses dos detentores do poder, sejam interesses políticos ou econômicos.

Foucault quer demonstrar que, ao contrário do pensamento de Hobbes⁶², o exercício do poder não está limitado pela soberania jurídica ou pela existência do Estado e que se, até dado momento histórico, o exercício do poder poderia ser explicitado pela relação “soberano-súdito”, a partir de certo tempo (para ele, nos séculos XII e XIII) surge uma nova “mecânica de poder”, incompatível com as relações de soberania, que se apóia mais no controle do homem por novos aparelhos do que na exploração material propriamente dita.

Esse ambiente acabaria por determinar técnicas de exercício de poder baseadas no “real” (não no sentido de realeza, mas de realidade), nos atos e fatos praticados pelos sujeitos.

⁶¹ Conforme SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. A temática saber/poder em M. Foucault *Cadernos de Filosofia*, publicação do Centro de Filosofia do Instituto Sedes Sapientiae, Ano I, no. 1, 1994, baseando-se principalmente na “História da sexualidade”, de Foucault.

⁶² Crítica aqui ao pensamento elementar de Thomas Hobbes de que somente a existência de uma instituição que se coloque acima dos homens, embora abstrata, pode determinar a regulação e a disciplina nas relações do homem com o outro homem, justificando a existência do Estado institucionalizado. (HOBBS, Thomas. *Leviatã*)

A expressão desse exercício seria o chamado “poder disciplinar”, determinado pela existência dos “sistemas de vigilância”. O objetivo da dominação não seria o aumento da coerção física, mas da eficácia no processo de dominação necessitando, para isso, inclusive da inserção de sistemas disciplinares nos aparelhos jurídicos.

“As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra ‘natural’, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização; referir-se-ão a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito, mas o domínio das ciências humanas; a sua jurisprudência será um saber clínico. (1982, p. 189)

Mesmo não deixando de reconhecer a existência, ou persistência, de um sistema de direito baseado na soberania tradicional, o autor afirma existir um mecanismo da disciplina, criador de aparelhos de saber e de variadas formas de domínio.

E esse domínio se expressaria pelos chamados mecanismos de vigilância, intrínsecos à vida e à cultura dos homens, e cada vez mais institucionalizados pelas relações de dominação.

No livro *Vigiar e Punir* (1987), Foucault é mais explícito na determinação das formas de dominação pela expressão da vigilância. O fundamento da obra são os sistemas de vigilância, seja pela reclusão ou pela vigilância somada à obediência.

Como um modelo de sistema de vigilância a ser estudado, Foucault cita, e analisa sob a sua ótica, o Panóptico, modelo de sistema de reclusão imaginado por Jeremy Bentham⁶³.

Nessa linha, uma das suas observações é sobre a onipresença e onisciência do poder, que Foucault demonstra através dos sistemas de vigilância europeus nos tempos de epidemia, em que era estabelecida uma hierarquia que determinava a vigilância, e conseqüente controle, sobre a população. Da rua ao centro das cidades, passando pelas quadras e bairros, todos eram vigiados e deveriam obedecer às ordens de quarentena. Isso ele exemplificou como uma sociedade

⁶³ Jurista e filósofo inglês, considerado o pai do utilitarismo. Bentham (1748-1832), entre outras ações, criou um modelo de penitenciária bastante especial, o panóptico, que se trata de um princípio apropriado tanto para prisões quanto para fábricas, escritórios, hospitais, escolas, casernas, reformatórios etc. Do aspecto arquitetônico, o panóptico consiste numa construção em círculo, em cujo centro se acha a cadeira (encoberta por cortinas) do “inspetor” e cuja periferia é destinada às celas, apartadas entre si, dos presos ou dos alunos. O refinado objetivo da disposição é fazer com que os presos se sintam permanentemente observados e controlados, sem saber se a cadeira do inspetor está realmente ocupada. Os detentos devem “a partir de si próprios”, de modo progressivo e automático, comportar-se como se fossem observados, mesmo que não estejam. (KURZ, Robert. 1997, p. 5).

disciplinar, que obedecia tanto pelo temor do contágio, quanto pelo poder da vigilância. Foucault citava também as técnicas de reclusão individual, incluindo asilos, hospitais psiquiátricos e penitenciárias, como uma expressão do poder disciplinar determinado pela separação. Esse poder era exercido por uma espécie de duplo comando: um discricionário, por impor a quem imputado o conceito de perigoso; e outro discriminatório, por determinar as regras de exclusão, ou afastamento, da sociedade aos previamente indicados. Esses exemplos são para o autor “um conjunto de técnicas e de instituições” (1987, p. 176) que tinham como objetivo controlar e corrigir os ditos anormais, utilizando-se de “dispositivos disciplinares” para esse fim.

O panóptico seria uma expressão desses dispositivos. Nesse esquema deixaria de ser necessária a reclusão nos moldes tradicionais, não mantendo o recluso escondido, mas sim vigiado, pois a vigilância constante, ou a impressão de sua existência, seria mais eficiente. Os detidos seriam mantidos separados entre si, o que evitaria os riscos da aglomeração e facilitaria o controle. “A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas.” (1987, p. 177). Sendo o efeito merecedor de destaque dessa situação um estado de “consciência” de vigilância constante, o que garantiria um certo automatismo na manutenção do poder. Para isso, é fundamental que o cidadão se sinta vigiado, e que não o seja realmente, fabricando “efeitos homogêneos de poder”. Uma aposta numa submissão espontânea ao poder pela simples consciência da vigília constante.

Apesar de, a princípio, idealizado para as instituições ligadas à necessidade de reclusão de pessoas, um desejo de prisão perfeita, para Foucault o modelo do panóptico iria além disso. Para o autor, o panóptico é mais que um modelo ou projeto arquitetônico de acompanhamento de aprisionados, que serviria às necessidades de utilização política e funcionária em vários tipos de relação, mesmo de não reclusão:

“É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico pode ser utilizado. (1987, p. 181)

O que demonstra que o panóptico transcendeu à sua função original, auxiliando na aplicação do poder com mais eficácia, por prescindir de um número elevado de pessoas para controlar um número crescente de submetidos. Poder executado pela não-intervenção direta, mas pela espontaneidade das ações em série. O panóptico passaria a ser exercido para além do espaço dos reclusos, dentro da própria sociedade e pelos próprios observados, que incorporariam os valores do vigilante.

Esse esquema demonstraria como exercer a disciplina em ambientes determinados para isso, como também, abertamente, na sociedade como um todo.

A disciplina apresentaria duas formas⁶⁴: uma de exceção e outra de ampliação da vigilância. A ampliação da vigilância aconteceria necessariamente por um processo de redefinição do conceito de disciplina por sua inversão de funções, considerando que a necessidade inicial da disciplina era de afastar os perigos, passando a exercer a faculdade de criar indivíduos cada vez mais úteis (trabalho, produção...), como na disciplina das fábricas; outro processo seria o de desinstitucionalização – no sentido de rompimento com apenas uma ou um pequeno grupo de instituições – da disciplina, que deixaria os ambientes específicos para coexistir em várias outras instituições ao mesmo tempo; e ainda o processo de apropriação pelo Estado dos processos disciplinares, que deixam de ser executados exclusivamente por instituições privadas (caso das prisões e hospícios da Inglaterra), para passarem ao controle também de instituições públicas, como a polícia e a administração.

As expressões desse exercício disciplinar passariam por diversos métodos, mas com o mesmo objetivo: exercer o controle da disciplina, ou transmitir a informação de quem o controla, como exemplo as *cartas de prego*⁶⁵, muito utilizadas para demonstrar os desejos do governante, impondo a disciplina pela informação da sua vontade, ficando os cidadãos submetidos àquelas regras por medo das conseqüências da transgressão, mesmo que não tivessem vigilantes próximos.

⁶⁴ Foucault define essas formas como disciplina-bloco e disciplina-mecanismo. A primeira seria aquela executada em instituições apropriadas, longe dos demais componentes da sociedade na intenção de fazer cessar o mal com imediatismo e precisão; a segunda serviria para aperfeiçoar os mecanismos de poder, baseado em coerções amplas, mas sutis e em critérios de eficácia. (FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.)

⁶⁵ Instrumentos do poder real utilizado para informar aos habitantes as decisões do rei. Eram afixadas em local visível por todos e podiam conter ordens coletivas ou determinações específicas, como penalidades a serem aplicadas a pessoas ou famílias. Temidas tendo em vista a exposição a que os apenados eram submetidos.

Mas as instituições a serviço da vigilância não seriam apenas as de óbvia identificação. Sendo um tipo de poder, a vigilância precisaria estar em toda parte, seja naquelas instituições por Foucault chamadas de fechadas (presídios, casas de correção) até o âmbito da família, do trabalho e do Estado, que garantiriam os efeitos de poder até nos mais distantes componentes da sociedade.

Haveria, numa analogia, uma inversão do papel do circo dentro da sociedade. Se no circo há uma multidão observando o espetáculo feito por uma minoria, na sociedade, a partir do panoptismo, haveria uma minoria observando a maioria. Indo mais além, Foucault afirma que, nesse caminho, o homem acabaria por se tornar parte da engrenagem de vigilância, sendo às vezes observado e às vezes observador, de acordo com as necessidades ditadas por quem exerce o poder.

A formação da chamada sociedade disciplinar passaria, com o andar dos tempos, a se constituir em todas as áreas e por diversos processos históricos.

Primeiramente ocorreu a extensão da disciplina a diversas áreas de atuação, no sentido de assegurar a ordem. Ordem que deixa de significar somente a obediência a determinações do poder físico, repressor, mas que se expande em outras áreas de evidente exercício de poder como a economia. Exemplo disso são as regras disciplinares das fábricas e oficinas para o aumento da produção e do lucro. O desenvolvimento econômico da sociedade ocidental capitalista estaria baseada no rompimento com as formas tradicionais e violentas de sujeição e na adoção de formas disciplinares amplas e eficientes, existentes nas diversas instâncias da relação humana, aplicadas sub-repticiamente.

Um exemplo da ampliação da sociedade disciplinar para além do campo da repressão física seria a formação do arcabouço jurídico das sociedades, que acaba servindo como tentáculo da imposição da disciplina, de maneira ainda coercitiva, porém não necessariamente violenta. Considerando-se que esta composição jurídica ocorra às vezes de forma injusta, mas legal. E essa composição não se refere somente ao campo do judiciário, mas também do legislativo (parlamento), que se constitui a partir de normas.

A sociedade disciplinar se daria cada vez mais numa relação de que a ampliação e o domínio do saber (vigilância, controle, métodos) determinariam a ampliação do poder.

Comunicação: teorias e controle.

São diversas as correntes, na teoria da comunicação, que expressam as possibilidades de controle das pessoas, seja as de cunho psicológico, que analisam as relações pessoais do processo, seja as de cunho sociológico, responsáveis pela análise do processo dentro de relações sociais.

Destacam-se três correntes, que demonstram querer se aproximar da temática estudada por Foucault.

Originalmente, nos estudos sobre a comunicação de massa⁶⁶, que se deram a partir, e principalmente, do advento do surgimento do rádio como veículo de massa, os meios de comunicação foram considerados capazes de manipular as pessoas indiscriminadamente. Essa concepção, que seria questionada futuramente, sofreu fortes influências do período em que foi desenvolvida. Então, o próprio fato do surgimento de um instrumento tão fascinante, como o rádio, para a época, somado à contingência de ter-se dado durante a prevalência de regimes de exceção na Europa – Alemanha de Hitler, Itália de Mussolini – e na Ásia com o império japonês, e ainda pela forte influência da psicologia behaviorista (estímulo-resposta) na academia, impôs aos primeiros estudiosos imaginar que os meios de comunicação tudo podiam, no sentido do convencimento das pessoas, porque era isso o percebido pelas pesquisas que analisavam, por exemplo, o sucesso das estratégias de comunicação alemãs, na ótica da manipulação das massas por uma causa que se mostraria por demais equivocada no futuro. Essa possibilidade imaginada de controle sobre as ações das pessoas foi denominada “Teoria Hipodérmica”.

⁶⁶ “A massa é constituída por um conjunto homogêneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogêneos, e de todos os grupos sociais” (WOLF 1992, p.20) . Meios de comunicação de massa, portanto, são aqueles decorrentes da sociedade de massa e que servem à difusão de informação e conhecimento, com grande penetração em todos os níveis da sociedade, ou seja: na massa. Como exemplo, a TV e o rádio.

Par e passo com as descobertas científicas de que os efeitos da comunicação de massa não seriam tão previsíveis assim, porque estariam submetidos a outros fatores e valores que influenciam o homem, como a formação intelectual de cada um, o nível social, a idade, a religião etc, outras concepções teóricas sobre a comunicação se desenvolveram.

Em que pesem as críticas ao funcionalismo, por sua conotação positivista e pelo apego a previsões vistas como definitivas e imutáveis, numa clara alusão ao organicismo, os estudos sobre a comunicação sobre essa influência foram por demais importantes e muito repercutiram e repercutem. Menos no sentido de se descobrir as funções específicas dos meios, e mais pelos resultados alcançados por um sem-número de pesquisas efetuadas sobre essa influência teórica.

Destaque entre os autores que introduziram a sociologia funcionalista nos estudos comunicacionais, o cientista social americano Harold Lasswell, muito conhecido por ter determinado um modelo de processo da comunicação (quem, diz o quê, por que canal, com que efeito) durante muito tempo considerado irrepreensível, foi pioneiro no sentido de apontar funções para o processo. Para ele, a comunicação obedeceria a três funções: a vigilância do meio, no sentido de revelar tudo o que ferisse o sistema de valores predominante; o estabelecimento de relações dentro da sociedade e a transmissão da herança social. Percebe-se já aí uma aproximação temática entre este autor e a obra de Foucault, no sentido de privilegiar o aspecto da vigilância. Mas os funcionalistas iriam mais além, a partir dos estudos de Paul Lazarsfeld e Robert Merton, sugerindo o entretenimento como uma quarta função da comunicação.

Esses estudiosos apontavam, e de certa forma temiam, a chamada ubiqüidade dos meios de comunicação, aquela capacidade potencial de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, justamente pelas possibilidades de manipulação. Na sua obra, apontam outras funções e disfunções dos meios de comunicação. A atribuição de status e o reforço das normas sociais como funções e a disfunção narcotizante, como disfunção. Por sua orientação funcionalista, é como que se rejeitassem a disfunção, como se fosse uma aberração no processo que a princípio deveria ser estável.

A disfunção narcotizante se explica pelo desestímulo à ação social demonstrado pelo homem contemporâneo. Cercado de informações, o homem não se utiliza delas, trocando a participação ativa pelo conhecimento passivo. Como um narcótico, os meios

de comunicação despejam tanta informação na mente dos homens que eles não sabem o que fazer com elas. Dá-se como exemplo contemporâneo aquele cidadão que lê os jornais diários, ouve rádio, vê TV, tem acesso a revistas, mas continua repetindo padrões de comportamento, por assim dizer, conservadores, mantendo as relações de poder, por exemplo na hora das eleições, em que pode votar por conveniência ou parentesco, em detrimento do grande número de informações recebido.

Essa concepção também se aproxima dos objetivos deste trabalho no sentido de que os meios de comunicação atuam como vigilantes das normas e mantenedores do controle, porque narcotizam o receptor e atua como controlador das normas vigentes.

Outra postura em relação aos meios de comunicação, desta feita de orientação marxista, a chamada Escola de Frankfurt também pode ser relacionada com as perspectivas de controle a partir dos meios.

Para os frankfurtianos, os meios de comunicação de massa servem à manutenção da ordem vigente (portanto controle) à medida que reproduzem, mesmo nas produções hipoteticamente voltadas para o entretenimento, as relações sociais de dominação, reproduzindo no dia-a-dia as normas a serem seguidas, a partir das reproduções das regras do mundo do trabalho.

Representada na análise das questões da comunicação principalmente por Max Horkheimer, Teodor Adorno, Walter Benjamin e Jurgen Habermas, a chamada Escola de Frankfurt, que surgiu na Alemanha, mas se refugiou na Suíça e nos Estados Unidos a partir das perseguições impostas pelo governo nazista de Hitler, tinha como dois dos seus principais eixos temáticos a crítica ao iluminismo e à, por eles denominada, indústria cultural.

Sobretudo no início da produção desses intelectuais, influenciados pelo marxismo heterodoxo presente no Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, a crítica à utilização dos meios de comunicação de massa é preponderante. Para eles, o iluminismo – ou esclarecimento, movimento cultural ocorrido no século XVIII na Europa que visava libertar o homem da emoção, do misticismo, vigente até então, priorizando a esfera da ciência e da tecnologia para o bem-estar da sociedade, afirmando que os homens poderiam se aproveitar de seus próprios feitos – não determinou o efeito esperado. Os estudiosos de Frankfurt afirmaram que, após o iluminismo, houve um aprisionamento à racionalidade técnica e que a sociedade

capitalista, em lugar de garantir a autodeterminação dos indivíduos, os submeteu à dominação econômica, sem condições de insurgirem-se contra o sistema estabelecido. Isso se deu, sob essa ótica, porque o domínio dos meios de produção estaria nas mãos de poucos.

Uma das formas de disseminação da dominação seria através dos meios de comunicação na chamada indústria cultural, conceituada como a produção em série, a homogeneização e, em consequência, a deterioração de padrões culturais, determinando a perda da chamada aura das obras de arte, pela produção em larga escala dos bens culturais.

Para os teóricos de Frankfurt, grosso modo, os produtos dos meios de comunicação – cinema e rádio principalmente – não poderiam ser caracterizados como arte, pois tinham o objetivo precípua de enriquecimento e controle das ações da população. Esse controle aproxima-se da concepção da disciplina e vigilância exposta por Foucault. Na prática, mecanismos de imposição de padrões de dominação que poderiam atingir um sem-número de pessoas, com poucos recursos e alta eficiência.

Também na linha aqui adotada, o trabalho de Marshall McLuhan pode ser aproximado das concepções acima indicadas. Polêmico e até presunçoso, esse canadense naturalizado norte-americano, cuja obra repercutiu mais na América do que na Europa, apresentou conclusões sobre os meios de comunicação na década de 60 do século XX que são muito debatidas contemporaneamente.

McLuhan, que considerava que meio de comunicação é tudo o que possa vincular o homem a outro homem, como os transportes e o dinheiro, além dos meios tradicionais, afirmava, entre outras coisas, que até o surgimento da imprensa (Séc XV), o homem vivia em sociedades em que a tradição oral era responsável pela disseminação do conhecimento, havendo bastante interação entre os homens. Após a descoberta de Gutenberg, o homem passa a moldar seus padrões de conhecimento à linguagem impressa, o que o torna mais formal e disciplinado, desprezando um pouco a importância da interação humana, pois se detinha ao veículo impresso de forma conformista, o que julgou como sendo a *Galáxia de Gutenberg*.

O desenvolvimento dos meios de comunicação eletrônicos, com sua capacidade de simultaneidade, encurtando distâncias e permitindo a simultaneidade de transmissão de informações, determina uma revolução, devolvendo ao homem sua capacidade de interação que havia antes da imprensa, pois poderia compartilhar experiências com diferentes culturas ou “tribos”. Esse movimento ele denominou de *Aldeia Global*.

A relação possível entre o pensamento de McLuhan e formas de vigilância, controle e imposição de disciplina é indicada pela possibilidade, agora concreta, de os meios de comunicação estarem em todos os lugares ao mesmo tempo e, com a mesma capacidade potencial de reaproximar o homem, apresentando condições para difundir intenções de dominação e vigilância, por exemplo, pelo controle desses meios, com atuação em escala global.

Embora expostas de maneira resumida, essas concepções teóricas podem ser relacionadas a partir da análise de algumas formas de comunicação e controle utilizadas contemporaneamente.

Estratégias e tecnologias da vigilância contemporânea

O propalado desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação, de massa ou não, não é figura de retórica. O dia-a-dia contemporâneo nos expõe essa realidade, pois sem esforço deparamo-nos com ela.

Para o entretenimento ou segurança, por exemplo, e sempre relacionada com a obtenção e transmissão de informações, a tecnologia está presente. A TV se utiliza de equipamentos cada vez mais sofisticados para a transmissão de sons e imagens, como nas coberturas esportivas de âmbito mundial (Copa do Mundo de futebol, Olimpíadas, corridas de automóveis...) e até nos conflitos e guerras (guerras do Golfo, conflito entre Israel e Palestina...). O homem contemporâneo acostumou-se a lidar com essas tecnologias que diminuem distâncias e aumentam a quantidade de informações.

Outro exemplo fundamental é a utilização da rede mundial de computadores (a Internet), criada com objetivos militares, mas que hoje faz com que as pessoas se comuniquem com outras em lugares distantes e com rapidez quase simultânea, troquem dados até com alguma liberdade e vendam produtos. Essa tecnologia permite a cada ano a incorporação de novidades como a transmissão simultânea de textos, imagens e voz,

entre outras. Avanços tecnológicos que permitiram, no campo político-econômico, a implantação da chamada sociedade internacional de mercado, que em tese, permitiria a troca de informações e produtos em escala global e reaqueceria a economia mundial, ampliando e redistribuindo a riqueza (neo-liberalismo), mas que na prática ampliou a concentração de renda e de mercados consumidores para os poderosos de sempre, permitindo também a especulação financeira com maior efetividade, pois com um simples apertar de botões se deslocam recursos de um país para outro cuja bolsa de valores seja mais rentável.

Mas esses dispositivos de informação não se limitam aos grandes investimentos empresariais das grandes redes de comunicação ou instituições financeiras, e podem ser percebidos em ações mais próximas da maioria das pessoas.

O monitoramento do trânsito, principalmente nas grandes cidades, é, em muitos casos, feito remotamente através de câmeras instaladas de maneira a permitir o controle do tráfego, prevenindo engarrafamentos ou indicando locais de acidentes para os serviços de saúde e regate, como também para controlar a obediência às regras de trânsito, punindo motoristas que se excedem na velocidade ou que desrespeitam as faixas de pedestres ou sinais de trânsitos. Tudo é filmado, gravado, registrado e utilizado como prova.

Os salões de supermercado, *halls* de bancos, portarias de condomínio, corredores de *shoppings* e saguões de aeroportos são alvo de filmagem e controle, nem sempre explicitada corretamente aos usuários ou passantes, mas que têm na manutenção da segurança seu principal argumento. Ressalte-se que tais instrumentos têm sido utilizados também para denúncias, às vezes à revelia da lei, de atos impróprios praticados por autoridades e políticos. Utilizando outras tecnologias, os automóveis também podem ser constantemente rastreados via satélite e os telefones fixos ou celulares “grampeados”, como é chamada a escuta não autorizada.

As pessoas podem estar sendo filmadas ou fotografadas, na maioria das vezes sem autorização prévia, a qualquer momento.

Outra explicitação dessa realidade determinada pelos avanços tecnológicos é feita às vezes de maneira não intencional, mas é sintomática daquilo que aqui se expõe,

como no caso do atentado terrorista ocorrido em 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Se a captação das imagens do segundo avião atingindo a segunda torre do *World Trade Center* era previsível – considerando-se que, após o primeiro choque, todas as emissoras de TV locais, e mesmo algumas de outros países, filmavam os danos ocorridos no local do atentado – é importante lembrar que um bombeiro que filmava a execução de um serviço no centro da cidade filmou o primeiro choque. Ou seja: sem aviso prévio, como é característica de atentados dessa natureza, um avião foi lançado contra um dos maiores edifícios do mundo e a cena foi registrada por uma câmera. Mesmo os amadores contribuem para essa realidade, como no caso da filmagem do acidente com um concorde ocorrido em Paris, no aeroporto de Orly, em que turistas gravaram imagens de um incêndio no avião, momentos antes da queda.

Esses exemplos demonstram uma característica na cultura de consumo atual. Os consumidores, com maior ímpeto a classe média, estão ávidos por possuírem computadores da última geração, telefones celulares com os melhores recursos, câmeras fotográficas ou filmadoras digitais, apartamentos ou casas em condomínios com vigilância constante, automóveis com rastreadores etc. O que se explica, muitas das vezes, pelo barateamento da tecnologia ou por questões relativas à segurança, mas que não é objeto desta análise.

Essa realidade de vigilância constante tem inspirado intelectuais, escritores, produtores e programadores dos meios de comunicação. É de conhecimento amplo a existência de livros, filmes e programas de TV sobre o tema. Nos últimos anos, filmes como *Matrix*⁶⁷, que retrata uma sociedade controlada por máquinas que se utilizam dos seres humanos como suporte para uma sociedade por elas planejada, ou *Minority Report*⁶⁸, em que uma sociedade do futuro possui um sistema de vigilância que chega a prever quando uma pessoa praticará um crime, fazendo com que ela seja antecipadamente presa, mantêm a vigilância em debate. Talvez o mais notório deles seja

⁶⁷ *Matrix* (1999), *The Matrix Revolutions* (2003) e *The Matrix Reloaded* (2003). Dirigidos por Andy Wachowski e Larry Wachowski. Estados Unidos.

⁶⁸ *Minority Report – A nova lei*. Dirigido por Steven Spielberg. Estados Unidos, 2002.

livro *1984*⁶⁹, de George Orwell, que virou filme e retrata a presença de um ser (o grande irmão) que tudo vê, tudo sabe e controla as pessoas.

Uma outra demonstração da utilização das tecnologias é a presença na programação de algumas redes de televisão dos chamados *reality shows*, em que pessoas, que concorrem a prêmios, escolhidas pelas produções dos programas são filmadas em tudo o que fazem, durante todo o dia, e se expõem para grandes audiências, revelando intimidades e intrigas, o que demonstra que a população consumidora de produtos televisivos em grande parte considera interessante a bisbilhotagem ou o *voyeurismo*. Demonstra que dispositivos de vigilância são amplamente reconhecidos e considerados, de certa forma, naturais ou aceitáveis, fazendo parte da vida contemporânea.

A sociedade contemporânea: do panóptico ao panoptismo.

Baseado em uma proposição de controle tanto metodológica quanto material, Michel Foucault incorporou os temas vigilância, disciplina e controle ao debate acadêmico. O panóptico em que ele se inspirou era uma espécie de arena onde cada prisioneiro aprenderia a desempenhar seu papel diante de vigilantes presentes ou não. Na tentativa de focalizar o individual, o restrito, o modelo de panóptico atingiu o amplo, pois disseminou-se com o desenvolvimento de técnicas e tecnologia para outras áreas que não somente as de repressão ou aprisionamento.

A relação entre as teorias da comunicação, as novas tecnologias e o pensamento foucaultiano parece cada vez mais imprescindível, destacando-se em uma análise mais sócio-antropológica do que filosófica ou psicológica.

E essa relação aparece espontaneamente na obra de Foucault. A onipresença e onisciência, apontadas pelo autor, dos modelos de vigilância em época de epidemia na Europa identificam-se com a chamada ubiqüidade que a tecnologia trouxe para os meios de comunicação; nos dispositivos disciplinares e o conjunto de técnicas e instituições utilizadas para esse fim podem caber na atualidade a ação dos meios de comunicação, à medida que disseminam interesses e compõem um conjunto de instituições atuantes na sociedade.

⁶⁹ *1984* Dirigido nesse mesmo ano por Michael Radford, baseado na obra homônima de George Orwell

O conceito de multidão que sofre os efeitos do controle pela negação da individualidade é muito próxima do conceito de massa adotado pelos teóricos da comunicação; a vigília constante pode ser retratada pela realidade atual de que qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode estar sendo filmada ou fotografada; a consciência da vigilância do panóptico é relacionada com o comportamento das pessoas em locais públicos, onde informações do tipo “sorria, você está sendo filmado” induzem a comportamentos nem sempre por consciência ou educação, mas pela certeza de estar sendo monitorado; a polivalência da aplicação do modelo pode ser reconhecida nas diversas áreas de utilização dos meios, como entretenimento, segurança, educação, informação, emissão de dados etc.

Se a instituição do panóptico determinaria a diminuição da quantidade de vigilantes para um número cada vez maior de vigiados, isso é percebido nos dispositivos de acompanhamento de multidões, como nas estações de metrô, que pode ser feita por uma única pessoa ou na programação de grandes redes de rádio ou TV, feitas em uma cidade e disseminada para todo um país; a inversão de funções, prevista por Foucault no modelo de Bentham, de originalmente afastar perigos para a construção de sujeitos pode ser encontrada na atuação de veículos de comunicação, que da função de informadores passam a manipuladores da informação e, entre outras relações, a aplicação sub-reptícia das técnicas de controle se expressa na indução diária de comportamentos pelos meios de comunicação ou ainda pela “narcotização” das pessoas pelo excesso de informações.

O modelo de panóptico, portanto, passa de uma proposta específica para um conjunto de ações voltadas para o controle: o panoptismo. E esse conjunto de ações é atual e constantemente influenciado pelos meios de comunicação e pela tecnologia.

Uma expressão identificável desse caminho é a disposição física de muitas salas de redação de jornais, rádios, TVs e assessorias de imprensa, onde geralmente há uma sala menor no seu interior, uma espécie de aquário de vidro, de onde o secretário, ou chefe de redação, controla todos os seus subordinados, num aparato que muito lembra o projeto de Jeremy Bentham. Também ilustra a situação os programas de computador que, sem autorização e sem mesmo que os usuários saibam, podem entrar despercebidos nos equipamentos com várias intenções: ler o correio eletrônico,

descobrir a senha do banco ou destruir todos os trabalhos produzidos e armazenados na máquina.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter et al. **Textos escolhidos** (os pensadores). 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

COHN, Gabriel. **Sociologia da comunicação**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1973.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica ontem e hoje**. 4 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

KURZ, Robert. **Gênese do absolutismo de mercado**. Caderno Mais. Folha de São Paulo, 8 de junho de 1997.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2001.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação**. 2 ed. São Paulo, Edições Loyola, 1999.

SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. **A temática saber/poder em M. Foucault**. Cadernos de Filosofia, Centro de Filosofia do Instituto Sedes Sapientiae, Ano I, no. 1, 1994.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 2 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1992.